



Ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2012

As 17h:00 do dia 08 de março de 2012, realizou-se a 1ª Assembleia Geral Extraordinária da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento e do Sindicato Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento com a seguinte pauta: **1) Deliberação sobre o ajuizamento de ação judicial: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE O TERÇO FÉRIAS; 2) Informe sobre andamento da campanha salarial; 3) GT horário flexível, banco de horas e *home office*; 4) Redução de carga horária com redução proporcional de salário; 5) Andamento do Projeto ASSECOR/ASSECOR SINDICAL/SOF/SPI (diagnóstico dos setoriais de planejamento e orçamento); 6) Participação da ASSECOR/ASSECOR SINDICAL no IFC – Instituto de Fiscalização e Controle; 7) Prestação de contas do exercício de 2011.** Abertos os trabalhos, Eduardo Rodrigues da Silva, presidente da ASSECOR/ASSECOR SINDICAL fez a leitura da pauta e sem que houvesse qualquer solicitação de alteração, iniciou falando sobre o ajuizamento de ação que visa a exclusão da cobrança da Contribuição Previdenciária sobre o terço de férias. Em seguida passou a palavra para Camila Sena, advogada do Escritório Torreão Braz Advogados, fez os esclarecimentos iniciais e também respondeu as dúvidas dos associados. Disse também que a ação tem dois objetivos: o primeiro é interromper a cobrança da contribuição previdenciária sobre o terço de férias e o segundo é a devolução desses valores cobrados nos últimos 5 anos. Sobre o prazo, a advogada esclareceu que há entendimento jurisprudencial no sentido de ampliar para 10 anos, mas isso não está pacificado, portanto, o juiz poderá não conceder e esta ampliação do prazo só é válida para as ações ajuizadas até junho de 2010. Após isso, deliberou-se pela aprovação da nova ação cujo objetivo é **impedir o desconto da Contribuição Social sobre as FÉRIAS, bem como receber os valores descontados nos últimos cinco anos.** Sobre o item 2, Eduardo Rodrigues informou que a morte do ex - Secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paixa causou uma paralisação na negociação coletiva. Por outro lado, as entidades do Ciclo de Gestão e Núcleo Financeiro continuam trabalhando por meio de articulação política com os representantes do Grupo Fisco, da Advocacia Pública, dos Delegados e Peritos da Polícia Federal junto a fim de forçar o governo a recebê-los para que possam apresentar uma pauta conjunta dos pontos que são considerados comuns a todos os servidores. Destacou 7 pontos os quais sejam: política salarial permanente; fixar uma data base; contra reforma que retirem direitos dos trabalhadores; retirada de PL, MP e Decretos contrários aos interesses do servidor; paridade entre ativos, inativos e pensionistas; cumprimento de acordos e protocolos; e revisão dos valores dos auxílios alimentação e saúde. Sobre o item 3, o Presidente da ASSECOR/ASSECOR SINDICAL, relatou que o grupo de trabalho não conseguiu avançar muito desde a última assembleia e que ainda estava aberto

para participação de interessados. Disse ainda que a CGU aprovou internamente uma proposta que estava sendo definida dentro do governo. Assim, sugeriu aguardar o andamento desta proposta para que venhamos apresentar a nossa. Tal encaminhamento foi aprovado pela assembleia. Sobre o item 4 , Eduardo informou que protocolou na SRT/MP proposta de Projeto de Lei que visa alterar a Medida Provisória nº 2.174-28 que instituiu, no âmbito do Poder Executivo da União, entre outros pontos, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional permitindo que este direito possa ser usufruído também pelos cargos no regime de dedicação exclusiva. Essa proposta é o resultado do grupo que foi montado em assembleia anterior. Em seguida passou para o item 5 que trata do diagnóstico dos setoriais de planejamento e orçamento, fez uma breve apresentação, falou que espera a partir do resultado do projeto apresentar propostas que visem atender as deficiências do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal. Sobre isso alguns associados declararam que entendem que deveríamos tentar resolver as questões pontuais com urgência antes mesmo de qualquer estudo do caso como, por exemplo, a aplicação da própria área de atuação da carreira. Em relação ao item 6, Eduardo Rodrigues fez um breve relato sobre o IFC - Instituto de Fiscalização e Controle e informou que a instituição havia procurado a ASSECOR/ASSECOR SINDICAL a fim de formar parceria para fortalecer o movimento. Informou também que inicialmente não haverá custo para a ASSECOR/ASSECOR SINDICAL. Aproveitou também para convidar aos filiados a participar do próximo movimento do IFC, a Caravana da Cidadania, que acontecerá em Marília/SP, nos dias 26 e 27 de abril e se houver algum interessado a ASSECOR/ASSECOR SINDICAL poderá pagar as diárias e passagens. Sobre o item 7 o presidente apenas informou que o conselho fiscal ainda fará a aprovação e que a ASSECOR/ASSECOR SINDICAL disponibilizará no site. Dado o avançar da hora e nada mais havendo a tratar encerrou-se a assembleia as 18h30.

Eduardo Rodrigues da Silva

Presidente da ASSECOR/ASSECOR SINDICAL

Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva

Secretário dos Trabalhos